



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

Acta n.º 03

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA NO DIA OITO DE
FEVEREIRO DE DOIS MIL E
DEZASSETTE. -----

----- Aos **oito dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezassete**, na Sala de Sessões da **Câmara Municipal de Mora**, reuniu a **Câmara Municipal** sob a Presidência do **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, encontrando-se presentes os Senhores Vereadores, **Marco Filipe Barreiros Pires**, **Hugo de Sousa Marques Carreiras** e **Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes**.-----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade justificar a falta do **Senhor Vereador João Filipe Chaveiro Libório** por motivos da sua vida pessoal.-----

- **Período antes da Ordem do Dia:** Não houve assuntos presentes. -----

- **Aprovação da acta da reunião anterior:** Eram dez horas, o **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, declarou aberta a reunião após o que foi lida e assinada a acta da reunião anterior, que havia sido aprovada em minuta.--

- **Aprovação da Ordem de Trabalhos da presente reunião:** -----

- Seguidamente o **Senhor Presidente**, propôs a **Ordem de Trabalhos** anexa, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

- Deu-se então início à discussão da **Ordem de Trabalhos**. -----

----- **Ponto um: EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO:** -----

----- **Ponto um - um: EMISSÃO DE CERTIDÃO - ISENÇÃO DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que foi apresentado requerimento por **Felicidade Maria Fragoso Alves**, a solicitar a emissão de uma certidão comprovativa de que não era exigível a

licença de utilização à data de construção do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o **artigo n.º 1373** da freguesia de **Mora**, com a área total de terreno, de implantação e de construção de 49,00 m2, localizado nos **Foros de Mora**. O prédio encontra-se, no entanto, omissa na Conservatória do Registo Predial, de acordo com certidão negativa apresentada. -----

Verifica-se que na cópia da caderneta predial urbana consta que o prédio foi construído de novo em dezembro de 1966 e inscrito na matriz em 1970. -----

Sendo assim, verifica-se que o imóvel terá sido construído em data anterior à da entrada em vigor do Plano Diretor Municipal, cuja ratificação é de 29/06/1987, situando-se fora do perímetro urbano e das zonas rurais de proteção fixadas para a sede de concelho e não existindo prova de qualquer deliberação municipal que tornasse extensivo o regime de licenciamento introduzido pelo **RGEU** àquele local. Assim, em conformidade com o artigo 4.º do **Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização**, não seria obrigatório o licenciamento municipal e a respetiva licença de utilização à data da sua construção, pelo que se propõe o deferimento da pretensão. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, deferindo o pedido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**. -----

----- **Ponto um - dois: PROCEDIMENTO TIPO POR CONCURSO PÚBLICO "PARQUE VERDE - CONSTRUÇÃO DO PARQUE URBANO E ESPAÇO MULTIUSOS PARA A JUVENTUDE" - DECLARAÇÕES NOS TERMOS DO ARTIGO 17º DA RESOLUÇÃO N.º 14/2011, DE 11 DE JULHO, DO TRIBUNAL DE CONTAS:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que na sequência da formalização do processo de **Visto Prévio** perante a entidade **Tribunal de Contas** e nos termos do artigo 17.º da Resolução n.º

14/2011, de 11 de julho, do **Tribunal de Contas** (doravante Resolução), solicita-se a emissão das **declarações** a seguir indicadas, para as quais se propõe a aprovação das minutas em anexo à presente informação: -----

a) Declaração que ateste que as alíneas d), h), m), n), o), s), w), x), y), z) e aa) do número 1 e as alíneas a), b) e f) do número 2 do artigo 17.º da Resolução, ou não são aplicáveis, ou não existem ocorrências; -----

b) Declaração que ateste que os elementos da solução da obra referidos na alínea b) do número 2 do artigo 17.º da Resolução a definem e enquadram nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pela lei vigente (doravante CCP), conforme o disposto na alínea c) do número 2 do artigo 17.º da Resolução; -----

c) Declaração de que o projeto de execução cumpre todas as disposições legais e técnicas sobre construção anti sísmica, conforme atesta o documento “Termo de responsabilidade” subscrito pelo autor do projeto da especialidade de Estruturas, conforme o disposto na alínea d) do número 2 do artigo 17.º da Resolução; -----

d) Declaração de que se encontram constituídas as servidões administrativas sobre prédios de terceiros necessárias à realização de trabalhos preparatórios ou acessórios da obra, bem como, se encontra na posse administrativa da totalidade dos prédios necessários ao início da execução da obra, nos termos previstos no plano de trabalhos, conforme o disposto na alínea e) do número 2 do artigo 17.º da Resolução. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade **aprovar** as **minutas das declarações** acima referenciadas **autorizando** a emissão das mesmas. -----

----- **Ponto um - três: TOPONÍMIA EM MORA E RESPECTIVOS NÚMEROS**

DE POLÍCIA: Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que o arruamento do lado Sul do edifício dos **Paços do Concelho** não tem toponímia definida, sendo conhecido como: - Rua de Acesso ao Parque; ---
- Rua de Acesso ao Mercado; - Rua da Central Eléctrica. -----

Neste sentido propõe-se que seja atribuída uma designação toponímica e aprovados os nºs. de policia constantes em planta anexa à presente informação. -----

A **Câmara Municipal** de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, deliberou por unanimidade manifestar o seu **acordo** com a proposta apresentada, **atribuindo a designação toponímica** de **“Rua Nossa Senhora da Graça”**, ao arruamento com as seguintes designações: **Rua de Acesso ao Parque**; - **Rua de Acesso ao Mercado**; - **Rua da Central Eléctrica** sito em **Mora**, assim como a atribuição dos números de polícia aos prédios que poderão receber correspondência, em conformidade com plantas anexas à presente informação, nos termos da alínea ss) do número um do artigo trinta e três da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de Setembro, bem como dar conhecimento a todas as entidades com interesse nesta matéria (Finanças, Conservatória, GNR, CTT, Código Postal, etc.) e proprietários. -----

----- **Ponto dois: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE ACÇÃO SÓCIO CULTURAL:** -----

----- **Ponto três: EXPEDIENTE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** -----

----- **Ponto três - um: RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:** Foi presente o **Resumo Diário de Tesouraria** com data de ontem, o qual acusa o saldo em **Dotações Orçamentais** no valor de **1.629.054,06€**, **um milhão seiscentos e**

vinete nove mil e cinquenta e quatro euros e seis cêntimos e Dotações não Orçamentais no valor de **50.546,47€**, **cinquenta mil quinhentos e quarenta e seis euros e quarenta e sete cêntimos**. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - dois: MAPA DE PAGAMENTOS AUTORIZADOS:** Presente mapa de pagamentos autorizados nos termos da alínea g) do artigo trinta e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, no valor de **10.057,23€**, **dez mil e cinquenta e sete euros e vinte e três cêntimos**.-----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - três: MAPA DE FACTURAS:** Presente informação da Divisão Administrativa e Financeira enviando para deliberação o **Mapa de Faturas**. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade autorizar o pagamento das faturas constantes no mapa de pagamentos anexo à presente informação no valor de **25.898,36€**, **vinete cinco mil oitocentos e noventa e oito euros e trinta e seis cêntimos**. -----

----- **Ponto três - quatro: DECLARAÇÕES DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, DE PAGAMENTOS EM ATRASO E DE RECEBIMENTOS EM ATRASO**

SO A 31/12/2016: Presente informação da Divisão Administrativa e Financeira informando que o n.º 1 do artigo 15º da LCPA, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, estabelece que os dirigentes das entidades devem, até 31 de janeiro de cada ano: -----

a) Declarar que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro do ano anterior se encontram devidamente registados na base de dados

central de encargos plurianuais; -----

b) Identificar, em declaração emitida para o efeito e de forma individual, todos os pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro do ano anterior. -----

Refere ainda a alínea c) do n.º2 que as declarações são enviadas à assembleia municipal e à câmara municipal, quando envolvam entidades da administração local. -----

As declarações são, ainda, publicitadas no sítio da Internet das entidades e integram o respetivo relatório e contas, conforme previsto no n.º 3 do citado artigo. -----

O artigo 17º do DL, regulamentador desta matéria, na versão do DL n.º 99/2015, de 2 de junho, prevê no n.º1 que, para efeitos de cumprimento da alínea b) do n.º 1 do artigo 15º da LCPA, os pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro do ano anterior, podem ser declarados de forma agregada quando se verifique uma das seguintes situações (exceto entidades previstas no artigo 2º da LCPA): -----

a) Os pagamentos ou recebimentos tenham uma mesma natureza e o seu valor individualmente considerado seja inferior a €5000,00; -----

b) O devedor ou credor seja uma pessoa individual. -----

Foi este o critério com base no qual foram emitidas as declarações que se anexam. -----

Nesta conformidade, remete-se as declarações emitidas para conhecimento da **Câmara e Assembleia Municipal**, as quais devem ainda ser objeto de publicação no **Portal do Município de Mora** e integrar o **Relatório de Gestão** relativo ao **exercício de 2016**. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - cinco: REGULAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS E TABELA**

GERAL DE TAXAS E LICENÇAS MUNICIPAIS: Presente informação da

Secção Administrativa informando que tendo em conta que foi dado cumprimento

ao previsto no **CPA**, junto envio para aprovação e posterior envio à

Assembleia Municipal o **Regulamento de Taxas Municipais e Tabela Geral**

de Taxas e Licenças Municipais, sobre o qual não houve reclamações. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade propor à aprovação da

Assembleia Municipal o **Regulamento Municipal** acima referido, o qual foi

objecto do disposto no artigo cento e dezoito do CPA, na sua última redação,

(Decreto-Lei 4/2015, de 7 de Janeiro). -----

----- **Ponto três - seis: MERCADO MUNICIPAL - LOJA Nº. 8**: Presente informação

da **Secção Administrativa** informando da carta da **Senhora Isabel**

Rodrigues, dando conhecimento do fecho da **Loja nº. 8 do Mercado Municipal**.

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade **res-**

cindir o contrato de arrendamento da **loja número 8**, sita no **Mercado Municipal**

de Mora, em nome de **Isabel Rodrigues**. -----

Foi também presente informação da **Secção Administrativa** informando da carta

do **Senhor Carlos José Silva**, residente em Coruche, solicitando o **aluguer**

da loja nº 8 no Mercado Municipal pelo valor de **25 € mensais**. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade **arrendar** nos termos do

Regulamento de Cedência de Lojas no Mercado Municipal a **loja nº. 8**, do

Mercado Municipal de Mora ao **Senhor Carlos José Silva** pelo valor mensal

de **25,00€**. -----

----- **Ponto quatro: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE:** -----

----- **Ponto cinco: EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:**-----

----- **Ponto cinco - um: CEDÊNCIA DE TRANSPORTES:** Presente informação do **Senhor Presidente da Câmara** informando que dando cumprimento ao estipulado no **Regulamento de Cedência de Veículos de Passageiros do Município de Mora**, propõe ao **Executivo Municipal** a aprovação da cedência de transporte às seguintes **Instituições:** -----

- Encontro de Jardins de Infância do Concelho, no próximo dia 5 de Junho, em **Brotas** (email em anexo); -----

- Escola do 1º CEB de Cabeção, no próximo dia 4 de Abril, para uma visita de estudo ao **Museu de Ciência Viva**, em **Estremoz** (email em anexo); -----

- Grupo de Cantares de Cabeção, no próximo dia 12 de Março, para uma atuação na **Festa do Peixe do Rio**, no **Alandroal** (email em anexo);-----

- Câmara Municipal de Arraiolos, para apoio no transporte de crianças e idosos do seu Concelho para desfilarem nas suas festividades de Carnaval, no próximo dia 24 de Fevereiro (ofício em anexo). -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar a cedência de transporte às Instituições acima referidas. -----

----- **Ponto cinco - dois: CERCIMOR - RENOVAÇÃO PROTOCOLO COLABORAÇÃO 2017:** Presente informação do **Senhor Presidente da Câmara**

informando que no sentido de apoiar o transporte dos alunos do **Concelho** e **Mora** que se encontram a frequentar a **Cercimor - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Montemor-o-Novo, C.R.L.**, propõe, ao **Executivo Municipal**, a renovação do **Protocolo para o ano de 2017**,

em anexo. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade manifestar o seu **acordo** com a **renovação do referido Protocolo para o ano de 2017**, indo proceder à sua assinatura. -----

----- **Ponto cinco - três: PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DO NOME DO SR.**

PROFESSOR JOSÉ CHITAS A UMA RUA DO LOTEAMENTO MUNICIPAL

EM CABEÇÃO: Presente informação do **Senhor Presidente da Câmara** informando que a **Câmara Municipal de Mora**, no âmbito das **Comemorações dos 40 anos do Poder Local Democrático**, propõe atribuir o nome do **Professor José Chitas** a uma Rua do Loteamento Municipal em Cabeção. -----

O **Professor José Chitas** foi o primeiro **Presidente de Câmara**, eleito após o **25 de Abril de 1974**. É um nome incontornável da nossa história recente, que colhe unanimidade quanto ao carácter e determinação que sempre usou na defesa intransigente dos valores e princípios da jovem Democracia de então e da afirmação do **Poder Local Democrático**. -----

Os anos que decorreram desde então, até hoje, permitem-nos olhar e avaliar quanto esses primeiros anos de afirmação do Poder Local Democrático foram determinantes na consolidação da Democracia, nos novos desafios que se apresentavam aos autarcas, na execução de um novo modelo de exercício do Poder Local, nascido do 25 de Abril, da nova Constituição da República Portuguesa e de toda a nova Legislação produzida pela **Assembleia da República**.--

Entre estes autarcas surge o nome do nosso estimado **Professor José Chitas**, ilustre e distinto autarca do nosso Concelho que pretendemos homenagear com a atribuição do seu nome, a uma rua do **Loteamento Municipal em Cabeção**, freguesia de onde é natural e onde residiu até à idade da aposentação. -----

A **Câmara Municipal** manifestou o seu acordo e deliberou por unanimidade atribuir o nome do **Professor José Chitas** a uma **Rua do Loteamento Municipal em Cabeção**, nos termos da alínea ss) do número um do artigo trinta e três da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de Setembro, bem como dar conhecimento a todas as entidades com interesse nesta matéria (Finanças, Conservatória, GNR, CTT, Código Postal, etc.). -----

----- **Ponto cinco - quatro: DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE:** Presentes os seguintes despachos do **Senhor Presidente**: -----

- **Em que determinou**, abrir procedimento tipo Ajuste Direto para execução da "Empreitada de Ampliação de Infraestruturas do Loteamento Municipal da Quinta das Sesmarias", nos termos do artigo 36º. do Decreto-Lei nº. 18/2008, de 29 de janeiro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei nº. 149/2012, de 12 de julho (CCP), pelo prazo de 10 dias em conformidade com o Caderno de Encargos, Programa de Concurso e Convite. -----

Mais determinou que sejam consultas as seguintes empresas da especialidade: J.Henrique Coelho, Lda.; J.J. Tomé, S.A.; H2WATT., Lda. e Vitalvolt - Instalações elétricas, Lda.. -----

Determinou ainda que o júri deste procedimento seja composto pelos Senhores, Vereador Marco Filipe Barreiros Pires, Engº. António Godinho Mourão Costa e Engº. João Miguel Caramujo Ramos Endrenço sendo Presidente do mesmo o Vereador Marco Filipe Barreiros Pires, como membros efetivos e Vereador Hugo de Sousa Marques Carreiras e Arquitecto Vítor da Silva Mendes, como membros suplentes. -----

Determinou também aprovar o Caderno de Encargos, Programa de Concurso e Convite. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

- **Em que determinou**, abrir procedimento tipo Ajuste Direto para "Aquisição de 2 Dumpers" nos termos do artigo 36º. do Decreto-Lei nº. 18/2008, de 29 de janeiro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei nº. 149/2012, de 12 de julho (CCP), pelo prazo de 10 dias em conformidade com o Caderno de Encargos e Convite. -----

Considerando a qualidade do equipamento utilizado ao serviço da 0 e a assistência técnica prestada pela empresa ASTEL, **determinou também** que seja convidada esta firma a apresentar proposta. -----

O preço base do presente procedimento é de 57.000,00€.-----

Determinou também aprovar o Caderno de Encargos e Convite. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

- **Em que aprovou** a 2ª. Alteração ao Orçamento da Despesa de 2017, a 2ª. Alteração às Grandes Opções do Plano 2017-2020 e 2ª. Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos 2017-2020. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

- **Em que determinou**, abrir procedimento tipo Ajuste Direto para a Prestação de Serviços de "Limpeza do Fluvial de Mora e do Núcleo Regional do Megalitismo" nos termos do artigo 36º. do Decreto-Lei nº. 18/2008, de 29 de janeiro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei nº. 149/2012, de 12 de julho (CCP), pelo prazo de 05 dias em conformidade com o Caderno de Encargos, Programa de Concurso e Convite. **Mais determinou** que seja consultada uma única empresa da especialidade:-----

Dinamicalegre, Lda., que dispõe de experiência comprovada e satisfatória neste tipo de trabalho. O preço base do presente procedimento é de 31.500,00€. -----

Determinou também aprovar o Caderno de Encargos, Programa de Concurso e Convite. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

- **Em que determinou** o seguinte: -----

Dada a inexistência de recursos internos próprios para desenvolver este trabalho, no período de baixa médica por gravidez de risco, da funcionária Isabel Sofia Galvøeira Ramalho, torna-se necessário recorrer à contratualização de serviços externos especializados para a dinamização e realização de visitas guiadas no Núcleo Regional do Megalitismo, de forma a capacitar a equipa municipal que ficará encarregue do funcionamento deste espaço. -----

Pelo exposto e para efeitos dos artigos 49º e 51º do Orçamento de Estado de 2017, aprovado pela Lei 42/2016, de 28 de dezembro, emito parecer prévio favorável em presença do cumprimento do n.º2 do artigo 51º do Orçamento de Estado 2017 e demais legislação aplicável, nomeadamente o disposto no artigo 32º da LGTFP. -----

Com efeito, tratando-se de um parecer prévio à abertura do procedimento, o cumprimento dos pressupostos serão garantidos e salvaguardados no âmbito do procedimento de contratação pública. Este procedimento terá por finalidade a contratação da prestação do serviço referido, pelo período de 3 meses.-----

Para eleitos da comunicação prevista pelo disposto no n.º 4º e 12º, do artigo 49º supra referido, remete-se o presente despacho à próxima reunião de Câmara. --

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

- **Em que determinou** adjudicar à firma Multitendas - Comércio e Aluguer de Tendas, Lda., o "Aluguer de duas tendas destinadas à realização da XV Mora-Pesca", pelo valor de 28.800,00 €, mais IVA, por apresentar uma proposta van-

tajosa, com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

Mais determinou aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto seis: INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não houve Público presente. -----

----- **Ponto sete: APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA DA PRESENTE REUNIÃO:** Aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO:** E não havendo mais nada a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, eram onze horas, de tudo para constar se lavrou a presente acta. -----

E eu, Assistente Técnica exercendo
funções na **Divisão Administrativa/Financeira**, para o efeito designada por deliberação tomada em reunião ordinária da **Câmara Municipal de Mora**, realizada no dia seis de Novembro de dois mil e treze, a lavrei, subscrevo e assino.-

